



O PÁTHOS IMPROVÁVEL DA IN-COMUNICAÇÃO¹

RÉQUIEM PARA A INCOMUNICAÇÃO NA EXUBERÂNCIA CONTAGIANTE DO SEM-PALAVRA [OU A OUTRA CENA DA COMUNICAÇÃO]

Eugênio Trivinho²

Resumo

O sistema da incomunicação, o tautismo ou a condição glocal – guardadas as diferenças de natureza, modus operandi, escala e implicações, tanto faz aqui o termo no momento, em razão da semântica cerzida para guarnecer os intentos de uma reflexão sinalizadora – concorre para a suspensão da concretização da promessa que preside a comunicação: no estágio de sua saturação extrema, ela não torna efetivamente comum signos e sentidos na direção de um sempre desejado entendimento ou congraçamento geral e sem ambiguidades; não condiciona a partilha de compreensão precisa do que é informado; não elimina o ruído nesse âmbito, da simples incompreensão até o dissenso mais grosseiro. Ou seja, a comunicação – esta é a sua tônica desde meados do século XX – descomunica, com a mesma frequência que a informação, seu núcleo de asseguramento depois do advento da cibernética, na década de 1940, atenta, muitas vezes, contra a confiança em sua própria identidade, colaborando para a desinformação.

Palavras-chave: In-comunicação. Comunicação. Tautismo. Código. Condição glocal.

I

A larga empiria sistêmica do que hoje se considera o processo social da comunicação – aqui tomada como comunicação eletrônica (em tempo real ou não) – constitui

¹ O presente texto corresponde à versão sucinta da argumentação apresentada no V COMCULT, evento organizado pelo CISC - Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da Mídia, da PUC-SP, pelo Grupo de Pesquisa Mídia e Estudos do Imaginário, da Universidade Paulista (UNIP), e pelo Grupo de Pesquisa Comunicação e Cultura do Ouvir, da Faculdade Cásper Líbero, e realizado nesta instituição, nos dias 11 a 13 de novembro de 2015. A versão cumpre, a traços gerais, o rigor de previsão da proposta argumentativa nos anais do evento.

² Professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PEPGCOS/PUC-SP), Coordenador Geral do CENCIB - Centro Interdisciplinar de Pesquisas em Comunicação e Cibercultura nessa instituição e Pesquisador do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

V COMcult

o que custa o virtual?

fato social-histórico tão recente que não deixa sequer impune a principal terminologia a respeito, bem como a afirmação de sua acepção. Baudrillard (1989) foi o primeiro – e, ao que parece, único – a apontar para a mencionada efeméride empírica, ainda que sem a esperada reflexão exaustiva a respeito. Essa perspectiva se coaduna com o sentido histórico de um fenômeno (comunicacional) que se organiza (como se a irromper, a se insurgir) na vida social promovendo a aproximação espectral (verbal, imagética, sonora etc.) entre indivíduos via infraestrutura de rede em tempo real (de massa e/ou interativa) – esteira cuja extremidade mais desenvolvida, vinculada ao universo virtual da informação, Baudrillard (ibid., p. 111-114) alcunhou de “proxenética”, neologismo formado a partir do radical de “proximidade” e da desinência do termo “cibernética” e que, por seu fundamento – de mistura entre próximo e distante, pelo crivo da tecnologia mediática –, acaba também por abranger as injunções processuais da comunicação de massa.

Comunicação, nessa modalidade sistêmica (envolvendo todos os seus ramos possíveis, do radiofônico e telefônico ao televisivo e virtual), significa apartar (de apartar): ela separa fisicamente os indivíduos para uni-los no reino do artifício (espectral) engendrado por esse modo de produção sógnico, fincado no valor de troca e comprometido com a reprodução social-histórica de seu modelo societário (no sentido da economia política), o capitalismo, em fase tecnologicamente desenvolvida; ela descarna a alteridade tão somente para condicionar que a interação ocorra em novas bases, “imateriais”, no filão eletromagnético; ela suspende o átomo para liberar o “encontro” no plano dos fluxos; ela mata a materialidade (do corpo próprio e do planeta, enfim, da natureza objetiva) para gerar vida socialmente nova, sob a égide de criação simbólica e imaginária diuturna, hoje em estado generalizado de saturação.

Em interpretação extensa, pode-se inferir que, antes do aparecimento desse processo sistêmico de comunicação, vigoravam termos atinentes a contextos exclusivamente presenciais: o diálogo, a conversa no tempo ordinária, a interação pessoal ou em grupo, jamais algo assim como “comunicação”, conforme a terminologia corrente. O “tornar comum” (em matéria de partilha simbólica), típico das explicações de manual sobre o que é esse processo de troca simbólica foi traficado da tradição para o indevido: só adquire sentido no interior de contextos interlocutórios pré-“comunicacionais”, dir-se-ia melhor, em

V COMcult

o que custa o virtual?

precedência histórica acentuada em relação ao aparecimento e desenvolvimento mais recentes da comunicação como sistema social, ao longo do século XX).

Em linha diferenciadamente reconfirmadora dessa perspectiva (divergente, no mínimo, em episteme de origem e tendência propositiva, para não dizer em consequências pragmáticas), Sfez (1994) reinterpreto esse objeto histórico – a comunicação tecnológica esparramada, via rede satelitizada, vale dizer, a comunicação como sociedade ou, como o autor o diz, como “sociedade da comunicação” (assim ironicamente entre aspas) – pelo prisma de um hibridismo vocabular por ele denominado de “tautismo”, neologia em ciências sociais que coagula três sentidos: autismo (a comunicação e seus constituintes – informações, imagens, dados, enfim, signos – se conformam em espelho, olhando somente para seus pertences; não haveria realidade outra, exógena a esse espelho, senão a construída pela própria comunicação); tautologia (a comunicação, como fenômeno social, é incapaz de manifestação diária sem recorrência e reiteração ad infinitum, sendo a repetição emblema de sua alma); e totalitarismo [a comunicação, como infraestrutura e produção simbólica, vigorando em rede e disponível (em tese) em todos os lugares, encontra-se planetarizada, autojustificando-se como totalitarismo cultural invisível, hoje alicerçado no e a partir do próprio desejo legítimo de cada indivíduo em ser e agir no mundo, produzindo efeitos à distância, mediante utilização de tecnologias e redes].

Baudrillard e Sfez abordam o que, em episteme renovada – na direção de uma sociologia da civilização mediática, crítica de seu modo de produção e reprodução social-históricas –, pode-se designar por glocal, o mais que global e o mais que local previstos em via única, internamente múltipla e profusamente realizada, vale refrisar, mescla inextricável e irreversível configurada pelo desaguamento de conteúdos representativos do global da rede nacional ou internacional no local onde o corpo está e a consciência individual atua, apropriando-se do que recebe e atuando a partir desse contexto, o contexto glocal de acesso e retransmissão/irradiação (cf. TRIVINHO, 2007, p. 239-320, 2012, 2014, p. 25-50). A projeção da miríade inimaginável de experiências dessa natureza espalhadas pelo globo, mediante utilização de alguma tecnologia capaz de rede – desde o telefone convencional até a Web, inclusos a TV e o rádio, em suporte fixo ou miniaturizado –, pode per se prover a imagem longitudinal do processo de glocalização aí implicado, que introduz irreversivelmente

V COMcult

o que custa o virtual?

a espécie numa nova condição sociocultural, a condição glocal da existência humana, da história cultural e da experiência cotidiana.

O sistema da incomunicação, o tautismo ou a condição glocal – guardadas as diferenças de natureza, *modus operandi*, escala e implicações, tanto faz aqui o termo no momento, em razão da semântica cerzida para guarnecer os intentos de uma reflexão sinalizadora – concorre para a suspensão da concretização da promessa que preside a comunicação: no estágio de sua saturação extrema, ela não torna efetivamente comum signos e sentidos na direção de um sempre desejado entendimento ou congraçamento geral e sem ambiguidades; não condiciona a partilha de compreensão precisa do que é informado; não elimina o ruído nesse âmbito, da simples incompreensão até o dissenso mais grosseiro. Ou seja, a comunicação – esta é a sua tônica desde meados do século XX – descomunica, com a mesma frequência que a informação, seu núcleo de asseguramento depois do advento da cibernética, na década de 1940, atenta, muitas vezes, contra a confiança em sua própria identidade, colaborando para a desinformação.

A incomunicação, nesse estágio de glocalização alargada, equivale ao espelho emblemático e atualizado de um universo sociomediático internacional cujo motor é o espetáculo de si mesma [o que não deixa de recontextualizar e reposicionar a reflexão de Debord (1988, 1989)]. A incomunicação, mesmo em menor escala, como decepção da profundidade da interação egressa da troca simbólica com uso de sinais codizados (sobretudo verbais), é, hoje, o eixo e a regra – não a exceção, não o acidente – da civilização mediática avançada.

O que a literatura especializada passou a considerar como virtual ou virtualidade, encarada como potência sociocultural do filão hipermediático e interativo da Web, representou, em essência e tão somente, um aprofundamento dessa tendência generalizada: aditou à excessiva espuma circulante de signos de massa uma forte pitada de saturação do mesmo, a partir de mãos diferenciadas, no coração das massas mediáticas, aqui tomadas em seus interstício sociais, a partir de cada indivíduo teleinteragente. Com isso, mais não fez que estender o território de contiguidade do processo da incomunicação.

V COMcult

o que custa o virtual?

II

Adentrando dimensão filosófico-antropológica sem fundo, de tão densa já em primeiro vislumbre, Flusser (2007, p. 89-100) constata, na raiz da existência cultural da comunicação articulada pela linguagem codizada, sobretudo verbal, uma inflexão de monta. A extensa e sinuosa linha desde a relação intersubjetiva particular até a organização comunicacional macrossocial está, segundo o autor, umbilicalmente condicionada pela fuga imanente e inconfessa do non-sense do vivido, do vazio da existência, da ausência de substância de uma vida humana fatalmente destinada à finitude – em suma, pela fuga das figurações fantasmáticas e incomprendidas da morte. Com isso, Flusser acolhe e, ao mesmo tempo, contextualiza, tensionando, o postulado que, de Saussure e Freud a Lacan e Heidegger, da linguística estrutural à psicanálise neofreudiana e à ontofenomenologia pós-Husserl, apregoa que o ser humano se funda e se desenvolve na e com a linguagem [com especial ênfase (se não, às vezes, exclusiva) para a linguagem verbal].

O impressionante testemunho de Flusser, no horizonte especulativo mais frutífero, propõe, com efeito, que, desde as origens antropológicas mais remotas, o ser humano adotou códigos regrados de comunicação fundamentalmente para guardar distância da alteridade e, não por acaso, para dela se proteger. Põem-se – quer-se crer –, nas filigranas dessa proposta interpretativa, dois movimentos exasperados de sobrevivência. Em primeiro ângulo, o humano – e com ele a cultura, em macroescala – mantém crucial apreço por seu tesouro heurístico, aquele para todos os efeitos desconhecido (pelo próprio sujeito), inefável (para além do indizível) e intransferível. Trata-se de sublimidade da alma a ser, antes, defendida da morte simbólica, do definhamento em vida no recinto intrassubjetivo (em razão de qualquer tipo de violência imaterial possível em processos de interação). O tesouro mais-humano do próprio, isto é, do que é próprio no plano da singularidade individual, é, então, blindado com, pela e a partir da linguagem, vale a ênfase, com a produção de sentido verbal e não-verbal. O humano refecha em cela de ouro – para ninguém (e, não raro, para ele mesmo) – no reduto segredado e íntimo do campo próprio, aquilo que, em síntese, desconhece. Em ângulo conexo – a partir deste último ponto –, é justamente o pressentido [pré-sentido (de sentir), ali onde

V COMcult

o que custa o virtual?

jamais se toca com a obstetrícia da linguagem] como incógnita plena, se de tipo existencial, que será sacrificado para sempre à linha antropológica radical do desvio, na direção da criação de símbolos comunicativos, como engenhosa forma de produção de esquecimento do fundamental, a tendência à morte, agora mesmo em atividade.

O processo é, pois, paradoxal: a dimensão heurística do ente, algo já próprio à imanência estésica do ser, nesse abismo sem chão pouco mapeado do corpo e da subjetividade – metáforas do indeterminado, do vazio e da morte –, é, ao mesmo tempo, protegida e desertada, em ambos os movimentos por meio da produção de linguagem. A consciência, a subjetividade de vigília, vê-se assim refém de um ciclo vicioso intransponível: ante o que ameaça, a atração é, por assim dizer, fortemente para alhures; vice-versa, como na força centrípeta do vazio, o que seduz é justamente aquilo de que a consciência quer se ver livre e longe. Ela evita o que, no fundo, mantém como valor absoluto para elegia tácita, em recinto psicoemocional quase sempre inatingível pela palavra e do sentido. O código constitui, nessa nebulosa e ambígua seara, artifício sine qua non de dissuasão.

A fuga do espectro da morte por via da comunicação, pela partilha de sentido regrado, como álibi processual olvidado para se manter eternamente trancado aquilo cuja presença silenciosa se abriga na mais baixa tolerância e que, ao mesmo tempo e justamente por isso, seduz, significa, no limite, evasão do inefável, do indizível e do intransferível – do vazio, enfim, absoluto per se –, que, na imanência (não na transcendentalidade da vida) a tudo preside de modo culturalmente denegado, na qualidade do mistério incondicionado e indevassável da existência.

Com efeito, o humano, essencialmente frágil porque acossado por todas as formas de sentimento medrado e de incerteza, derivações antecipadas da fatalidade oclusa do desaparecimento – desde as formas propriamente sociais e contextualizadas até as existenciais e indeterminadas, no plano seja da pessoa, seja da epifania do coletivo –, tenta, justamente pela linguagem e pela comunicação, aproximar-se da alteridade para, assim, realizar os desígnios sociais de sua pulsão gregária. Tal contrassenso não patenteia senão que, à diferença do que o extenso pensamento de senso comum prioriza – e, sem engano, ele também vai das ruas ao recinto acadêmico mais sofisticado –, a comunicação se destina muito menos a produzir união constante ou harmonização (quanto mais a intimidade entre

V COMcult

o que custa o virtual?

dimensões heurísticas a dois) ou a reduzir distâncias (de todos os tipos) entre indivíduos; a linguagem não perfaz ponte simbólica com e/ou na direção do outro. Em trajetória inversa, ambas operam e complexizam a divisão entre subjetividades para, em retorno, tentar resolvê-la ali onde não fornecem necessariamente garantias de cumprimento do que discursivamente encarnam no mundo. [No subtexto dessas considerações, vige o seguinte, explicita-se-o: se se quer comunicar, sobretudo se profundamente (pois é disso que se trata aqui), com a alteridade, deve-se cessar a produção verbal (esta em particular, mas não exclusivamente); na vulgata, sem risco de inverdade (o que valida, desde já, o dito): convida-se a boca própria à economia de si – pare-se de falar – se se deseja conceder à compreensão mútua, na linha da compassividade (valor crucial sempre descartado como ninharia), espaço para frutificar onde a praxe lhe testemunha chances mais prováveis de acontecimento.]

Por evidente, o que reina em âmbito microcultural jamais mantém divórcio absoluto com dinâmicas socioculturais em escala ampliada, e vice-versa. Pressupostas as devidas mediações de complexidade entre o particular e o geral (aqui apenas aludidas em passatempo para simplesmente excluir-se, de partida, a falha reflexiva da devida previsão), o sistema social da comunicação – que é, vale lembrar assentamento feito, o da incomunicação – não deixa de constituir, em dimensão social-histórica e antropológica, urdidura coletiva aleatoriamente herdada desta (e/ou forjada ou inspirada nesta) linha antropológica tortuosa de escape cultural, isto é, de fuga da finitude fatal *hic et nunc* pela afirmação do código, pela mobilização da linguagem, pela realização da comunicação, pela gravitação em torno do fetiche do sentido. Sem referendo a qualquer interpretação evolucionista, esse sistema não constitui senão cristalização macrossocial reificada e corolária da evasão visceral da morte – na perspectiva filosófico-cultural antes sinalizada, inspirada em Fusser –, configuração que viceja e se perpetua a partir do vivido (ali onde se finca a debandada primeva e ocultada, de que todas as outras serão epifenômenos impercebidos), em contextos locais ou não, nos interstícios do cotidiano. Esses apontamentos implicam, a grandes traços, todo um processo civilizatório, doravante empoderado no bojo da globalização planetária como modelo cultural monopolista (internacional) de vida; é toda uma civilização tecnológica típica que aí se põe, a gestada desde o início do século XX, mediática, em suma, global. O excesso sígnico e autorreferencial dessa realidade comunicacional, na fase transnacional atual da visibilidade

V COMcult

o que custa o virtual?

mediática em tempo real, não representa senão o ponto áureo e culminante da mencionada dissuasão – aquela da morte pela produção simbólica (do indivíduo ao coletivo) –, então elevada à exponenciação, a saber, na rota às últimas consequências do aprofundamento social de si, sem caminho antropológico de volta.

Na cerzidura reflexiva proposta, a denegação do espectro da morte pela comunicação culmina na comunicação como sistema da incomunicação. Os pressupostos imperscrutáveis do recente arco histórico da falida utopia da comunicação – algo de toda forma já presente na potência prometética e interacional da linguagem desde tempos imemoriais – veem-se, assim, totalizados em natureza (embora jamais apreendidos em injunções recônditas), na razão da insanidade processual do que se esperava fosse exclusiva e realmente mais coerente em favor de uma comunicação codizada que comunicasse de modo efetivo, preciso e profundo, vis-à-vis, de modo menos contraditório e buliçoso (em imanência e manifestação), e em relação a cuja natureza o senso comum procura, por motivos óbvios, deixar-se eternamente lograr.

III

O cenário traçado – poder-se-ia dizer – abre horizonte para uma teoria alternativa da comunicação. A notação não esconde filiação a padrão de pensamento pouco inovador. Ao longo de mais de um século, inúmeros pesquisadores, em âmbito nacional e internacional, têm patenteados, na argila da teorização, o que é e o que não é comunicação, melhor, o que ela deve ou deveria ser, ou mesmo o que ela teria sido não fossem imprevistos empíricos de trajetória, padrões equivocados de política e investimento públicos e/ou desvios de interpretação, ou, ainda, o que ela deveria ter sido desde o início se não tivesse perdido chances históricas de realização. Equalizando-se aos tempos de espiral sígnico-mediática, o campo acadêmico corre, atualmente, saturado por desejos e interesses legítimos (já totalizados ou em processo) nessa direção. Tais ventos propositivos pressupõem afirmação de poder no âmbito da criação epistemológica, em perímetro competitivo sobre qual discurso pode (ou poderia) instaurar em torno de si supostamente consenso mais consistente e duradouro por

V o que custa o virtual?

representar paradigma eventualmente mais credível; e, não por outro motivo, propendem, voluntária ou involuntariamente, para a indexação da área de conhecimento mediante estipulação protonormativa sobre qual seria, por sua vez, o seu respectivo objeto ou padrões de objeto mais recomendáveis (para que todos empreendam seus estudos...)

Essa movimentação acadêmica produtivística, transparente per se – em natureza, modus operandi e implicações –, preserva a virtude de expressar sua identidade: fervilhante criação diuturna de discursos para disputa – em geral, oclusa – por reconhecimento e influência; e vice-versa, de desejo dessa disputa mediante instrumentalização teórica como álibi lídimo e obliterado de participação e contribuição para o desenvolvimento científico nacional.

É cenário intelectual sem dúvida dinâmico e, por vezes, envolvente, mas, em idêntica ou maior medida, põe-se também patético (com efeitos amofinativos), tanto quanto o ver, de quando em quando, mais alguém, aqui e alhures, subindo em médio tijolo com ablativo chapéu de chefia para, do topo dessa autoconsiderada excelsa escala, bradar-se mais um(a) a reivindicar uma “teoria” – uma “teoria da comunicação” –, aquela que, tanto mais, não se impõe somente para si e/ou seja adotada por pares próximos (em geral, pesquisadores em fase de formação, que a violência da vontade de praxe estigmatiza ao desejá-los como “discípulos”), senão ainda pela maioria dos (alguém disse todos os) pesquisadores da área (o que não deixa de ser outra violência, desta sorte simbólica, mais ostensiva aqui, mais aplacada acolá).

Em patamar de lucidez serena, imperturbável ante o frenesi do mundo, a consciência teórico-epistemológica socialmente orientada para a liberdade, no campo educacional como na sociedade em geral, fatalmente se sabe no dever ético de transcender o repertório procedimental dessa patologia corrente, ocultada no desejo – tão plausível quanto lícito, mas teleologicamente constrangedor, porque totalitário – de determinação epistemológica e/ou metodológica de qualquer terreno coletivo.

Na contramão da mencionada enfermidade teórica, a argumentação subsequente acorrerá na direção de uma poética conceitual da comunicação – se interessante, não menos improvável (no sentido do étimo: aquém de prova empírica) –, sem, ainda assim, deixar de carrear uma concepção estruturada e assertiva a respeito, como posição de

V COMcult

o que custa o virtual?

entendimento sobre o fenômeno da comunicação (precisamente não sobre a sua materialidade, mas sobre o seu “espírito”, aqui encarado em acepção metafórica), no que se refere à sua outra cena, geralmente depreciada, senão ouvidada; uma vez mais, na direção não de uma filosofia especulativa e sistemática da comunicação, mas de uma concepção imaginária e prospectiva acerca dos processos estésicos da interação, ali onde a expressão comunicativa mais potente, imediata e marcante goza de prerrogativas plenas no profuso universo do aquém-linguagem.

Para tanto, urge vergar o plano do significante, torcer seu trecho sintagmático, estressar sentidos tradicionais até a fina quebra, no limite da desfiguração voluntária, até eventual risco de suspeição por parte de quem recebe o resultado desse trabalho – um labor terminológico e semântico equivalente, em matéria de criação (poiesis), ao da esculturação no campo do fabrico estético, que sulca a mão o objeto para desarranjar esquemas vigentes e rearranjá-los em bases propositivas diversas – e, talvez para alguns, até o non-sense, com efeito, substantivo como forma de provocação teórica. Inexiste inovação epistêmica que, de partida, deixe de moer seu próprio risco, convidando-o, não sem abraço compreensivo, a participar, como ingrediente crucial, do caminho desdobrado.

IV

O excuro anterior inspira doravante a dissecar-se³ não a comunicação como incomunicação, mas justamente a via oposta, a incomunicação como comunicação, com este detalhe de certo vulto, o de se fazê-lo longe dos sentidos correntes, o mais proeminente sendo o anteriormente pontuado. Vê-se, assim, de súbito, descartada a incomunicação em todas as suas rotas interpretativas antitéticas – como negação ou denegação da comunicação, como frustração de sua promessa de origem, como falha (acidental ou não) de seu processo, como sintoma ou estado de sua defecção estrutural, como ruptura com ela (anticomunicação), como confronto com ou força oposta a ela (contracomunicação) ou como insuficiência dela (protocomunicação) –, a que a mera inversão de sinal semântico, motivada pelo prefixo em

³ O termo médico não poderia ser mais adequado, à parte a violência que encerra.

V COMcult

o que custa o virtual?

jogo (“in-”), daria vazão, em rota de colisão com a significação normal do radical do termo. A curvatura dessa licença de descarte estratégico alcança igualmente a apreensão da comunicação sob a égide de sua improbabilidade, na hipótese – vale sublinhar – de ser impossível que dois ou mais indivíduos comuniquem com precisão, via signos correntes, o que realmente intencionam, um e outro(s) compreendendo-se *ipsis literis* conforme o primeiro o previu e particularmente queria (cf. LUHMANN, 2001, p. 39-63).

A exploração semântica do prefixo “in” nessa direção encontra-se esgotada, de tão comum. Pertence a caminho reflexivamente desguarnecido de inovação, seja como lastro de argumentação analítica para tensionar o sistema social da comunicação, seja como bandeira em defesa do acidente ou falha na comunicação (como, por exemplo, o ruído, tipo especial de sentido que, como “incomunicação”, acaba por revelar sempre algo crucial sobre o contexto em que ocorre).

Urge, pois, recriar o entendimento sobre tal prefixo mediante alteração renovadora (forçosa, por certo) de sua semântica⁴: ele deve figurar como porta aberta e, como tal, instituir um regime “interior”, um universo “adentro”, permitindo um “movimento para ele” até o mergulho completo em sua imanência, ainda que esta não possa ser totalmente conhecida. Eis que agora se tem à frente algo que se pode reconhecer e designar como *incomunicação*⁵. O hífen postulado significa – e permite – amplo espaço de respiro e reflexão tendente a condicionar, na serenidade que abre (e para a qual convida) – à diferença das acepções reinantes – o semeio de um novo horizonte de sentido, desconstrutor, ele mesmo, do próprio significante envolvido, fato bem expresso em língua inglesa, pelo jogo possível de inversão (necessária) dos termos: *in[tensive]communication*. O surpreendente conteúdo que desponta entre colchetes deve ser apreendido como trecho de realidade semântica latente que,

⁴ O procedimento de sequência pode lembrar o de Heidegger com os significantes alemães. Nada, porém, tem a ver, de fato, com o que ainda se mantém atrelado aos estritos limites linguísticos da filosofia, em obediência voluntária e conveniente à norma culta. Sob a luz mais livre da literatura, o procedimento se inspira, em vez disso, no trabalho poético-escultural com a linguagem genialmente representado no Brasil por Guimarães Rosa – sinalização necessária que fica, para todos os efeitos, posta sobre a mesa, com um próspero aceno ao realismo mágico.

⁵ Melhor seria – com um fatiamento autorrevelador – *in-comun(ica)-ação*, na quase paráfrase de uma “*em-comum-ação*”, que, com efeito, fica como pressuposto sugestivo.

V o que custa o virtual?

com efeito, passa da invisibilidade (em que vigora diligente ante o olho exógeno) para a luz da cultura (em que passa a comparecer plena) a um simples movimento de aguda lupa por sobre o significante. O sentido que essa reangulação libera, em flora, do caleidoscópico imanente do vernáculo atinge completude após um estiramento semanticamente modificador mediante simples hifenização do significante: in-comunicação é comunicação in-tensiva ou, alternativamente, comunicação in-tensa (a primeira, em razão do qualificativo, incorpora, à diferença da segunda, prazo de validade, por pressupor ideia de ocorrência em tempo demarcado ou finito). Obviamente, a expressão não se coaduna com algo assim como “comunicação maciça” (gestada em ou realizada através de algum medium, de massa ou interativo). Mantém, antes, relações de identidade e autenticidade com o caráter in[-]tensivo do que é, forte e velozmente (às vezes, fulminantemente) compartilhado no estrato emocional por dois ou mais indivíduos fora do código social da linguagem verbal e, em certos casos, não-verbal (conforme exposto adiante).

No vocábulo in-comunicação, a separação entre prefixo e radical, entre “in-” e “comun-”, adquire acepção ainda mais diferenciada quando se entrevê, solícito no limbo, logo após o prefixo, em substituição ao hífen, um sinal de dois pontos (“in.”): o que aí aflora expõe a comunicação como oceano, um macroambiente para dentro do qual se pode acorrer para meditar no bojo do vivido e a partir do qual, convertido em princípio e mapa, se pode atuar na circunscrição do campo próprio, em contexto glocalizado ou não.

Flusser (op. cit.) não nomeou o “território invisível” da sensibilidade humana cujo epicentro articulatório seria a morte e do qual o sujeito e a cultura evadem supostamente rumo à alteridade sob o clamor por comunicação. Tampouco ele o poderia, que dirá o fazê-lo em detalhes, dado o pendor inexprimível, além-códigos, desse universo abstrato e sem tópica, confundido com o próprio fluxo do vivido e que a comunicação – em excesso sígnico ou não – tolda, em grade porosa, na tentativa não somente de turvá-lo, mas, fundamentalmente, de apagá-lo, independentemente de ele se manter sempre presente, com a rebeldia peculiar e incontrolável de um fenômeno selvagem. A comunicação in-tensiva, não podendo totalizar esse “território” interacional, inesgotável per se, emerge – quer-se crer – dele ou tem vínculos de homogeneidade com ele, com a força de palpação que nenhuma instância de Estado e/ou corporativa – da família ao sistema escolar – um dia esmiuçou integralmente, nem hoje a

V COMcult

o que custa o virtual?

controla ou burila na mesma frequência; (emerge) a saber, desse cosmo heurístico preservado e blindado na dimensão subjetiva de cada singularidade em interação, o mesmo do qual a consciência de vigília, em sono profundo para o essencial, prefere desviar a atenção a enfrentar, no sacrifício do caminho solitário (jamais eremita) – único para esta travessia –, a escuridão extensa já ao primeiro passo.

Essas ponderações permitem integralizar as características da natureza do prefixo “in” neste estudo. Ele não remete, evidentemente – deve-se frisar –, a um “dentro” subjetivo absoluto, a uma interioridade psíquicoemocional pronta e isolada. Trata-se de partícula atinente a uma relação, em fidelidade ao ethos social da comunicação, fadado ao entre extensivo da partilha (com uso de símbolos ou não), exceção feita ao hiato simbólico sulcado no umbral do si próprio, no qual uma consciência autoconsciente interage com uma alteridade que não é senão ela mesma (ou um de seus fantasmas delegados, como o resquício do superego ou algum escombro do inconsciente). A in-comunicação repercute, direta e fortemente, a partir desse universo-fonte no qual se verificam intensidades (passíveis de serem) compartilhadas, dessa tensa linha que vai de uma singularidade a outra(s), a tal ponto de essa forma de comunicação jamais agraciar âmagos individualísticos subjetivamente ermos, a fim de, ao contrário, fazer o fundamental se inscrever no mencionado intervalo significativo, nesse hiato povoado e fecundo que é o entre simbólico de toda profunda troca de energias de afeto. A manifestação social da in-comunicação extrai potência diretamente de fonte heurística, presente em cada individualidade parceira e só parcialmente transferível mesmo no âmbito das relações interemotivas, isto é, mesmo em estrato cultural de partilha não articulado nem comandado pela lógica ordenadora dos signos. A in-comunicação é imanente sem ser inata, nem in-culturada [se por este último termo se entender implicar ele aprendizado institucionalizado longo (como o obtido pelo sistema escolar), por subjetivação ou corporeificação de cultura, mediante aculturação de técnicas de comunicação]; imaterial, de tão longe se mantém de qualquer densidade física, embora não se faça sem o concurso dela; insustentável, de tão sem peso; improvável, no sentido já anunciado, para além de toda pilhagem empírica; incalculável, na acepção de estar livre de previsões ou métricas; inquieta, podendo ter lugar a qualquer momento, mas – cabe enfatizar – intransferível total ou plenamente via estrato sígnico da cultura; e, por fim, incapaz de dar-

V COMcult

o que custa o virtual?

se mais do que já o faz para quem a vive e deseja compreender algo sobre a sua natureza, sua significação sociocultural e suas consequências, propensão que ela desafia desde o início por ser, em muitos aspectos, ilegível, eis que considerada a priori (isto é, aqui: por preconceito) a partir de um estigma: ela seria non-sense, de modo que querer equivalê-la ao que a normalidade analítica já alçou à nobreza dos objetos oficiais da área, nomeando-a igualmente como “comunicação”, não o seria menos.

Se, por razões que a natureza absolutista da cultura justifica, a in-comunicação não pode deixar de brotar em contextos de partilha apriorística de um código social (em geral, regional ou nacional), fundador e avalizador de pertencimento mutual, fá-lo, entretanto, muito aquém das linguagens culturalmente vigentes, especialmente as verbais. Vista por ângulo inverso, a in-comunicação acontece, mas propriamente, na e a partir da zona protossimbólica do estrato linguístico da vida de relação, mas não aquém- ou além-código, não aquém- ou além-expressão, não aquém- ou além-sentido; processa-se apenas sob a franja de sentido outro, de dentro da troca de afetos e afirmativamente reportado a eles, sem satisfações aos ditames de qualquer linguagem, às vezes até mesmo da gestual.

A comunicação in-tensiva é típica do reino do sem-palavra (sem equivaler-lhe em totalidade), do que somente em parte se põe em transferência para a alteridade fora do universo sígnico e do que, quanto à outra parte, se preserva intransferível, seja por impossibilidade antropológica de origem (em virtude das características bioculturais da espécie), seja por improbabilidade de o processo se estabelecer de forma segura (minimamente precisa, sem ambiguidades comprometedoras), adequada (equalizada na veracidade entre as alteridades envolvidas) e/ou satisfatório, por via de qualquer código ou de quaisquer signos (cf. LUHMANN, 2001, p. 39-63).

Constata-se a silenciosa e portentosa operação esparramada da in-comunicação em condições ou situações (duradouras ou temporárias) extremas, como, por exemplo, a partilha do luto, os dramas profundos da vida (individuais, grupais e coletivos), os períodos (delongados ou não) de aflição da alma, as atmosferas familiares ligadas a enfermidade terminal, as autoflagelações culposas fortemente emotivas, as incertezas existenciais acentuadas, os prantos mútuos em cena de perdão autêntico (à falta de melhor adjetivo) ou de reencontros após anos de separação (quando o ciclo do ressentimento secou), e conjunturas

V COMcult

o que custa o virtual?

semelhantes. A in-comunicação é um acontecimento condutivo e contagiante, tão mais longo quanto mais significativa for a experiência que ela representa, constrói e/ou libera.

No compartilhamento da cena da morte, num velório ou féretro, por exemplo, todos os presentes – das crianças atentas até os mais idosos – não necessitam de verbo. Instados ao estado absorto, sabem do que se trata e do que está em jogo, por espelhamento equivalente ao seu próprio desaparecimento, vivido porém com a denegação típica que remete a morte exclusivamente à alteridade, não ao corpo próprio. Essa atmosfera compassiva e veemente não ocorre também no congoçamento idiossincrático de mãos um dia distanciadas pela violência política? Pergunte-se o que esse fato significa para norte-coreanos e sul-coreanos no desolador momento de uma despedida forçada. Indague-se o mesmo a quem, de dentro do abraço, vive esta morte simbólica, a de uma despedida malquista, especialmente quando para sempre. Na extremidade contrária a essa experiência, não guarda identidade com ela a recepção familiar de alguém que a tragédia ou infortúnio separou há tempos? Consulte-se um ex-presidiário que empenhou metade de sua vida, dia após dia, trocando sua liberdade por uma sentença judicial, sobre o seu sentimento de mundo assim que a porta do presídio se abre e ele reencontra quem ainda lhe credita confiança. A lista de exemplos em idêntica consonância, finitos certamente como os fatos e objetos do mundo, poderia, ainda assim, se desdobrar em bom volume.

Se, por evidente, essa forma de comunicação envolve um estar-junto cultivado no afeto, não se liga, no entanto, a qualquer *aísthēsis*, a qualquer horizonte de sensibilidade e sensação: é preciso que haja *páthos* – o distinto *húmos* que unta o caminho que vai da angústia ao desespero, da desolação à melancolia, do martírio à piedade, e assim por diante – para ocorrer compassibilidade, e a melhor sorte dessa *em-patia* é sempre a de *tônica* improvável (de novo, no *tônus* do *étimo*), tanto mais potente em expressão.

Uma força exuberante e misteriosa transcende amarras nesses contextos comunicativos, e isto de tal maneira que, salvo prova consistente em contrário, nenhum nome é capaz de apreender-lhe precisamente a natureza, alcançar-lhe definitivamente a magnitude ou encerrar-lhe totalmente a significação. Diante da in-comunicação, todos os instrumentos simbólicos e analíticos secularmente legados pela cultura (ao menos, a ocidental, supostamente racionalista) parecem insuficientes. Das ciências humanas e sociais às

V COMcult

o que custa o virtual?

teorizações extra-acadêmicas mais consistentes, a razão conceptualizadora vê-se assim despreparada para cumprir o seu desígnio de esclarecimento. O que, no âmbito fenomênico, transcende os mencionados instrumentos, é fagocitado e “resolvido” exclusivamente no incógnito percurso que se estende da percepção à sensibilidade, a partir do qual se pode tão somente mapear por cima, descrever tangenciando e classificar o vislumbrado.

Poder-se-ia dizer: urgem elementos neologísticos de percepção, apreensão e reflexão para suprir essa lacuna, superar a defasagem e conhecer mais a fundo o objeto. A volúpia voluntarista da proposição não esconde o seu manancial: ela provém dos pulmões da razão, dali onde não percebe o elixir de sua própria quimera e a partir de onde não consegue medir seus próprios limites. Há fenômenos para cuja exuberância secreta a ciência e a linguagem não foram nem serão convidadas a participar; e deve-se admitir que, quando o tentam, regressam do trabalho de campo com um testemunho assaz desvalido e inconvincente, algo que a própria razão, não obstante – ufana de si –, não deixa de condecorar até com certa pompa. É assim que se deve tomar a in-comunicação: um nome tentativo, de fato – aqui jamais selado como proposição final ou definitiva –, mas cujos significante e significado perfazem apenas um modo epistêmico sucinto de aproximação, a partir de dentro do acontecimento, com o uso do instrumento mais impróprio para isso, a linguagem verbal.

Alguns minutos dessa experiência interacional extrema, porque de comoção – é desta comunicação que se trata, em toda a sua madura compassividade, íntima à regra essencial do existir, a finitude, aquela de que se foge –, marca e vale (na riqueza do sem-fundo) muito mais, não raro para o resto da vida, do que dias, senão semanas, corridos de incomunicação típica do sistema mediático em tempo real, essa modalidade macrotransmissiva de produção e circulação sígnica, trivial e necessária à reprodução social-histórica da civilização glocal. O caráter revelador desse cotejo comparece igualmente ao se tomar como referência relações intersubjetivas de tipo linguístico e/ou não-verbal entre dois indivíduos ou mais, via rede ou não, que sejam porém exógenas à égide compassiva da in-comunicação.

Certamente, trata-se de processos de comunicação com natureza, finalidades, alcances e conseqüências diversos. O rigor reflexivo, no entanto, manda compará-los, por que, quando assim feito, resta gravemente ressaltado per se o que é mais relevante para o

V o que custa o virtual?

humano, do ponto de vista da significação mais profunda da existência, de ombros arcados com a invisibilidade da morte. Em seu conceito, a in-comunicação implica questão séria de valor (o que, com efeito, não será possível abordar no presente estudo). A eticidade que sua empiria representa constitui, em seu modo de acontecimento, tensão fenomenológica e/ou praxiológica direta aos modelos de comunicação majoritários (tecnológicos ou não) da civilização mediática. Ela é, em tudo, crítica autopoiética do sistema da incomunicação, do tautismo e da glocalização.

A in-comunicação é aquela que concede ao desejo de comunhão e até à fantasia da harmonia uma chance concreta de velocidade e imediaticidade sensacionais e impressionantes (na acepção literal e figurada de ambos os termos). Ao mesmo tempo, permite a essas últimas dizerem a que vêm no profuso e oscilante oceano da troca de sensibilidades e sensações. Nessa direção, vale notar – sem contrato de desdobramento necessário – que a máxima rapidez que preside o acontecimento da in-comunicação leva a experiência do comum, o sentido compartilhado e a significação do contexto de ambos a se livrarem, num só lance, de toda e qualquer resistência simbólica (cabe salientar, fá-la sofrer a menor taxa dessa indexação), ao dispensar-lhes da necessidade de mobilização do que se subordina a sistemas regrados ou formalizados de expressão, quando não a regimes narrativos de logicidade (raciocínio) e coerência (não-contradição), tão mais lentos quanto mais lineares e subordinados a normas de erudição⁶.

A comunicação in-tensiva exercita a subjetividade e, por que não, o ser inteiro, no universo do sem-palavra – conforme antes aludido e que convém completar –, essa dimensão múltipla de phílos aquém-linguagem (da amizade, da solidariedade, da compassibilidade etc.) em que o valor da alteridade comparece, não importa se por momentos, distinguido pelo crivo da prioridade indiscutível e sob o fulgor inconfundível que também espelha o justo desejo de reciprocidade de tratamento.

⁶ Esse apontamento não indicia senão que uma das preocupações precípuas da trajetória de pesquisa de que o presente estudo deriva permanece sendo essencialmente a velocidade (aqui, sem dúvida, valorada), tal como empiricamente ela, em maior ou menor medida, direta ou indiretamente, se traduz nos fenômenos, processos e tendências de aceleração da vida social, em especial no âmbito da empiria da comunicação, da cultura mediática de massa e da dromocracia cibercultural (cf. TRIVINHO, 2001, p. 39-78, 2007). A passagem do texto demonstra, por sua vez, que, ao contrário do que sempre imaginam as tendências mais críticas nesse âmbito de estudos (Virilio à frente), nem sempre a velocidade, associada ou não à comunicação, se processa com sinal negativo, justificador do trabalho de contradito socialmente orientado.

V o que custa o virtual?

Conforme pontualmente pressuposto ao longo da reflexão, não há foro exclusivo de ocorrência dessa forma nobilitadora de processo comunicativo. A comunicação não é cativa de situações exclusivamente presenciais, muito embora sua plenitude recobre, de fato, o corpo e a aura de presença que ele encarna. A força dessa comunicação pode bem se manifestar dentro ou fora da Web, por exemplo – na virtualidade do outro –, o que implica dizer, seja no contexto glocal, seja em reduto não mediado por tecnologias interativas.

Referências

1. Da argumentação (obras citadas)

BAUDRILLARD, Jean. **L'autre par lui même**. Paris: Galilée, 1987.

_____. Asphyxie de la communication. **Comunicação & política** - Revista do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA), São Paulo, Oito de Março, v. 9, n. 2, 3 e 4, p. 109-114, jun./dez. 1989.

DEBORD, Guy. **La société du spectacle**. Paris: Champ Livre, 1989.

_____. **Commentaires sur la société du spectacle**. Paris: Lebovici. 1988.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

LUHMANN, Niklas. **A improbabilidade da comunicação**. 3. ed. Lisboa: Vega, 2001.

SFEZ, Lucien. **Crítica da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1994.

TRIVINHO, Eugênio. **O mal-estar da teoria: a condição da crítica na sociedade tecnológica atual**. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

_____. **A dromocracia cibercultural: lógica da vida humana na civilização mediática avançada**. São Paulo: Paulus, 2007. (Coleção Comunicação).

_____. **Glocal: visibilidade mediática, imaginário bunker e existência em tempo real**. São Paulo: Annablume, 2012.

_____. **A condição glocal: configurações tecnoculturais, sociopolíticas e econômico-financeiras na civilização mediática avançada**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2014. (Área Cultura Tecnológica e Redes Digitais).



2. Do processo de pesquisa [ambiente temático e quadro teórico de fundo (obras consultadas)]

GUILLAUME, Marc. **L'empire des reseaux**. Paris: Descartes & Cie., 1999. (Collection Essais).

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, Parte I (11. ed.) e II (9. ed.), 2002.

_____. **Os conceitos fundamentais da metafísica: mundo, finitude, solidão**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

HONNETH, Axel. **The struggle for recognition: the moral grammar of social conflicts**. Cambridge: Polity Press, 1995.

KIERKEGAARD, Søren. **O desespero humano: doença até a morte**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2010.

LECLERC, Gérard. **La société de communication: une approche sociologique et critique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

MÉTRAUX, Jean-Claude. **Lutos coletivos e criação social**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2011.

SCIACCA, Michele Federico. **Morte e imortalidade**. São Paulo: Realizações, 2011.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.